

Panorama das legislações no ensino de bésiro e sua repercussão em Puerto Quijarro - Bolívia

Overview of the legislations in the teaching of bésiro and its repercussion in Puerto Quijarro -
Bolívia

Mariana Vaca Conde

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Suzana Vinicia Mancilla Barreda

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar reflexões sobre a escolarização do bésiro, uma das línguas originárias de Puerto Quijarro, município que compõe a ecorregião chiquitana no departamento de Santa Cruz, localizado ao leste da Bolívia, na fronteira com o Brasil. Seguindo o método etnográfico, foram recolhidos e analisados depoimentos entre professores, protagonistas desse processo. Evidenciaram-se situações complexas, resultado da aplicação de políticas linguísticas e educacionais, formuladas para o âmbito nacional e aplicadas em um território fronteiriço.

Palavras-chave: Lei nº 070/2010; Bésiro; Escolarização; Fronteira Bolívia - Brasil

Abstract: This paper presents reflections about the schooling of bésiro, one of the originary languages of Puerto Quijarro, a municipality that composes the Chiquitana ecoregion in the department of Santa Cruz, located east of Bolivia on the border with Brazil. Following the ethnographic method, testimonies were collected and analyzed from teachers, who are the protagonists of this process. Complex situations were evidenced by the application of linguistic and educational policies formulated for the national scope and applied in a border territory.

Keywords: Law No. 070/2010; Bésiro; Schooling; Bolivia - Brazil Border

“[...]Uxia suiñemo na mapanaunkux imo axina aukicheki bama mamonkoka. Nauki atusiu ñakusane bama poosoma baparira au numanityakatoe bésiro.[...]”¹. (Professora 2)

¹ No original: “[...] para nosotros es importante que aprendamos porque es nuestro origen. Deberíamos identificarnos y caracterizarnos por hablar nuestra lengua bésiro[...]”. (Tradução: Ignácio Tomichá, 2023).

Introdução

Puerto Quijarro, lugar em que se desenvolve esta pesquisa, está localizado no departamento² de Santa Cruz, no oriente boliviano. Sua importância geopolítica reside no fato de ser a principal rota entre o Brasil e a Bolívia, visto que estabelece fronteira - como cidade gêmea - com Corumbá, o maior município em extensão do estado de Mato Grosso do Sul. Esse limite territorial apresenta uma dinâmica intensa de trocas nos aspectos comerciais, sociais, culturais, linguísticos, religiosos, identitários, entre outros, constituindo uma junção semiconurbada³ internacional. Proporcionalmente, ambos municípios apresentam diferenças, enquanto Corumbá ultrapassa o número de 112.000 habitantes, Puerto Quijarro contabilizou no último censo 16.000 (INE, 2012).

Essa assimetria, associada ao câmbio valorizado das moedas, favorável ao real, subentende a existência de mais oportunidades de trabalho do lado brasileiro, razão de alguns bolivianos se deslocarem ao município vizinho para exercer atividades remuneradas, seja no comércio ou serviços, para retornar ao fim do dia, realizando o que se conhece como migração pendular (Correia, Oliveira, Souza, 2017). Migração semelhante é perceptível nas escolas de Corumbá (Conceição, 2014; Conde, 2020) que contam com a presença de “alunos de origem boliviana”, denominação que congrega estudantes com diferentes características de naturalidade, sejam bolivianos registrados no Brasil, ou nascidos em território brasileiro, mas filhos de pais bolivianos, e por tanto falantes do castelhano.

No cotidiano fronteiriço de Puerto Quijarro e seu entorno, observa-se que há uma pluralidade de línguas, resultado da presença de povos nativos, migrantes e imigrantes que constituem este espaço sociolinguisticamente complexo e singular. Mancilla Barreda (2017, p. 102), afirma que:

As línguas que compõem o repertório linguístico dos habitantes expressam seu conjunto de valores, sentidos, crenças, símbolos que identificam culturalmente esses diversos grupos populacionais que interagem no espaço compartilhado nas práticas fronteiriças. (Barreda, 2017, p.102)

Neste estudo, contextualizamos o lugar da pesquisa tendo como base sua composição sociolinguística e dinâmicas locais para refletir sobre a aplicação de leis no âmbito educativo e como estas reverberam na escola.

O governo de Evo Morales, entre erros e acertos, promoveu a visibilidade do grande contingente indígena deixado para trás ao longo dos anos posteriores à colonização espanhola na Bolívia. As mudanças legais mais amplas tiveram início com a promulgação da nova Constituição do Estado Plurinacional (2009), documento que reconhece e valoriza os grupos indígenas outrora minorizados.

Na sequência, a publicação da Lei da Educação Avelino Siñani-Elizardo Pérez, conhecida como a Lei nº 070 de 20 de dezembro de 2010⁴, propõe uma educação intracultural, intercultural e plurilíngue. Essas atitudes políticas motivaram este artigo, no tocante à escolarização de uma língua originária em Puerto Quijarro.

² Entidades territoriais subnacionais maiores do país, nas quais se subdivide o território do Estado. No Brasil podem equivaler aos estados.

³ O fenômeno é descrito como um caso de semiconurbação pelo fato das cidades não serem ligadas de forma contígua.

⁴ Disponível na íntegra em: <https://redclade.org/wp-content/uploads/Ley-070.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

Este trabalho tem como objetivo discutir a implementação das políticas linguísticas adotadas pelo governo Plurinacional da Bolívia no que tange ao ensino da língua originária bésiro⁵ no município de Puerto Quijarro, região fronteiriça com suas características transnacionais, bem como, os desdobramentos que acompanham esse processo, evidenciando uma complexa trama de situações narradas na voz dos professores.

Para tanto, iniciamos com a contextualização do lugar por meio das línguas em circulação e uso. Apresentamos um panorama linguístico em Puerto Quijarro e aplicação das políticas linguísticas no espaço escolar. Seguindo o método etnográfico, formulamos questionários abertos aplicados a professores participantes voluntários deste estudo. Por meio de suas narrativas procuramos indagar a escolha da língua originária nesse lugar, evidenciamos divergências entre os discursos que seguem uma linha descolonizadora, os embates com as formas tradicionais já impostas e as incertezas que uma reforma legal dessa dimensão gera no ambiente escolar e social.

Breve estudo das línguas originárias que circulam em Puerto Quijarro (BO)

A Bolívia, país plurilíngue e pluricultural, cuja população é composta por povos mestiços, indígenas e afrobolivianos, de acordo com cada zona geográfica, deixam transparecer por meio das roupas, dos fenótipos, costumes, tradições, mitos, danças, ritmos, línguas, a cultura viva do seu povo.

A Constituição Política do Estado Plurinacional reconhece 36 nações ou povos indígenas originários e campesinos, distinguidos no Artigo 5º, declarando a oficialidade e uso do castelhano e as línguas originárias em todo território nacional (Bolívia, 2009). Centrando o olhar ao local da pesquisa, encontramos o *Plan Territorial de Desarrollo Integral - PTDI*, documento que registra as línguas nativas faladas no departamento de Santa Cruz: zamuco, bésiro, guarani, guarayo, quéchua e aimará (Puerto Quijarro, 2016). As duas últimas são resultado da migração interna em que populações procedentes dos Andes e Vales, falantes dessas línguas, distribuíram-se principalmente em Santa Cruz de la Sierra, capital do departamento e nas fronteiras, conforme registra o último censo nacional (INE, 2012).

Puerto Quijarro congrega essa população migrante do ocidente boliviano em grande proporção no comércio e no exercício de atividades de serviços, portanto é comum ouvir quéchua e aimará no comércio local, bem como nas feiras-livres que se realizam cotidianamente em Corumbá. Em relação ao bésiro e zamuco, ambas são faladas apenas em escassos núcleos familiares no município boliviano.

O Plano Estadual de Desenvolvimento de Santa Cruz de la Sierra – PDD (2015) e o Plano Territorial de Desenvolvimento Integral de Santa Cruz de la Sierra – PTDI (Santa Cruz de la Sierra,

⁵ Ao final do Século XX, os chiquitanos decidiram mudar o nome da língua por um nome na língua. Por isso, o que antes era conhecido como chiquitano, hoje em dia se chama bésiro que significa reto ou correto. (PIERRIC, 2013). Com relação à grafia da língua, encontramos tanto bésiro, besiro e besiro. Neste estudo utilizaremos a denominação bésiro para manter a grafia original.

2016), aponta que há cinco povos que estão fixados no departamento, a saber: guarayo, mojeño, guarani, chiquitano e ayoreo, estes dois últimos fixados na Província Germán Busch⁶ em que está localizado Puerto Quijarro.

Os Chiquitano⁷

Em conformidade com o livro *Saberes y conocimientos del pueblo monkox* (Santa Cruz de la Sierra, 2007), o nome chiquitos ou pequenos índios – do qual Chiquitanía e chiquitanos derivam – foi dado pelos primeiros conquistadores espanhóis ao grupo etnolinguístico mais importante da região, designando toda a região, denominada *Gran Chiquitania* (figura 1).

Figura 1 – La Gran Chiquitania



Fonte: Mappery⁸

Esse território abarca aproximadamente 56% do departamento de Santa Cruz e 19% do país. Nesse lugar, estabeleceram-se as missões jesuíticas a partir da segunda metade do século XVII, sendo consideradas as únicas em toda América do Sul que não foram destruídas após a expulsão dos jesuítas das colônias espanholas, inscritas como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.

Com a finalidade de criar uma homogeneidade cultural, os jesuítas decidiram adotar o *chiquitano*, como a língua de maior status, utilizada nos intercâmbios entre as etnias, no processo

⁶ As províncias são a divisão administrativa dos departamentos e estão a cargo de um subprefecto. O município é a divisão das províncias, e está a cargo de um alcalde.

⁷ Utilizamos o nome das etnias indígenas no singular seguindo a convenção internacional dos etnólogos.

⁸ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 22 ago. 2022.

de escolarização e nas atividades religiosas. Ao final do Século XX, os falantes dessa língua decidiram mudar o nome da língua por um nome na língua. Dessa forma, o *chiquitano* passou a ser denominado bésiro, cuja tradução ao português é *reto ou correto* (Pierric, 2013).

De natureza nômade, esse povo percorreu o oriente boliviano e os atuais territórios brasileiros dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, assim, assentando-se nos dois países, podem ser considerados transfronteiriços (Silva, 2009).

Os ayoreo

Assentados na região da fronteira Bolívia/Brasil, em terras próprias designadas pelo governo central, os ayoreo mantêm-se isolados, pois não têm por hábito estabelecer contato com outras comunidades.

O Plano de Desenvolvimento Municipal (PDM) de Puerto Quijarro (2007) registra sua presença no município descrevendo o desenvolvimento histórico, social e identitário desse povo. Apesar de indicar uma vantajada situação legal, na prática, constatamos que estes vivem em uma situação de extrema dificuldade na obtenção dos recursos necessários para sua sobrevivência.

Quanto à manutenção linguística do zamuco, língua nativa dos *ayoreo*, o PDM (2007) sequer menciona a sua existência na região de Puerto Quijarro. Somado a isso, o PTDI (2016) expõe a realidade fronteiriça e de migrações internas quando afirma que:

Os idiomas mais faladas no Município são o castelhano, o português e em menor proporção o idioma originário ayoreo e besiro, devido à migração da população do interior do país às zonas fronteiriças, uma fração da população é de fala quéchua e aimará (Puerto Quijarro, 2016, p. 25, tradução nossa⁹).

Dessa forma, evidenciamos um cenário sociolinguístico complexo em Puerto Quijarro, muito provavelmente devido à sua característica de município de fronteira e trânsito internacional. Isso posto, a decisão de incluir uma língua originária na grade curricular da educação básica local, envolveu uma série de discussões entre os professores. Entretanto, estas seriam conduzidas por determinações legais que serão apresentadas no próximo item.

As legislações sobre as línguas oficiais e o ensino de bésiro em Puerto Quijarro

As políticas linguísticas, culturais e educacionais do Estado Plurinacional da Bolívia baseiam-se na sua diversidade, expressando-se em diferentes normas e leis constitucionais que apoiam o processo de reivindicação dos direitos linguísticos e culturais das nações e povos indígenas e afro-bolivianos, buscando sua recuperação, revitalização e manutenção. Tornaram-se políticas de Estado, oficializadas em 2009 na Nova Constituição Política do Estado (NCPE) expressas em leis específicas, tais como a Lei de

⁹ No original: Los idiomas más hablados en el Municipio, son el castellano, portugués y en menor proporción el idioma originario ayoreo y bésiro, por la migración de la población del interior del país a las zonas fronterizas, una fracción de la población es de habla quechua y aymará.

Educação Nº. 070 *Avelino Siñani - Elizardo Pérez* (Bolívia, 2010a), Lei nº 269 *Lei Geral de Direitos e Políticas Linguística* (Bolívia, 2012a) e o Decreto Supremo nº 2477 (Bolívia, 2015).

A Lei de Educação da Bolívia Nº 070, já em vigor, estabelece as diretrizes fundamentais da nova política educacional, bem como sua organização, administração e gestão curricular, no artigo 3º, inciso 8º, estabelece que a educação é intracultural, intercultural e plurilíngue em todo o sistema educacional, enfatizando o empoderamento das línguas e culturas dos povos originários no sistema educacional formal. A inclusão da língua originária se dá como primeira ou segunda, de acordo com o contexto, além do castelhano e de uma língua estrangeira.

O Decreto Supremo nº 2477 que regulamenta a aplicação da Lei nº 269 (Bolívia, 2012a), estabelece ações de preservação e desenvolvimento linguístico. Em relação à aprendizagem das línguas, assegura que o sistema educativo cumpra o princípio obrigatório de seu uso na produção de conhecimento.

Atualmente, existem 12 Conselhos Educativos de Povos Originários - CEPO operando em todo o país, sendo o Conselho Educativo do Povo Originário Chiquitano (CEPOCH) um deles com participação social na educação, instância que deliberou a inclusão do bésiro, dentre as demais línguas originárias, na Educação Básica da província Germán Busch.

Sob a responsabilidade do CEPOCH constam os seguintes itens: a socialização do currículo regionalizado em todos os distritos educacionais do povo chiquitano; a revitalização da língua, resgatando falantes das comunidades do povo Chiquitano; atualização dos professores no âmbito da nova abordagem do sistema educacional e elaboração de estratégias de recuperação.

O Currículo Base se consolida na condição plural da realidade boliviana e estabelece diretrizes gerais que organizam a educação nacional em concordância com sua realidade nos currículos regionalizados e diversificados (Bolívia, 2012b). Tendo em vista os princípios obrigatórios sobre uso das línguas da nação Chiquitana, de acordo com o currículo regionalizado do Povo Originário Chiquitano, o castelhano é ensinado como primeira língua e o bésiro como segunda.

A província Germán Busch incluiu a língua originária no ano de 2013 nas escolas. Conforme dados levantados na *Dirección Distrital de Educación*¹⁰ de Puerto Quijarro, a grade curricular do sistema básico de educação do município inclui no campo *comunidad y sociedad*, as disciplinas *comunicación y lenguaje*, com a oferta de uma língua originária, o castelhano, denominado *lenguaje*, e uma língua estrangeira, geralmente o inglês.

Até aqui, expomos e analisamos a Constituição Política do Estado, a Lei Geral dos Direitos e Políticas Linguísticas e a Lei 070 “Avelino Siñani y Elizardo Pérez”, que permitem e garantem a recuperação, revitalização e normalização das línguas faladas na Bolívia, enfatizando as políticas linguísticas implementadas pelo país relacionadas à obrigatoriedade da inclusão do ensino das línguas originárias, em especial, o bésiro no município de Puerto Quijarro.

¹⁰ Equivale a Secretaria de Educação Municipal

O que dizem os professores sobre o processo de escolarização do bésiro em Puerto Quijarro

Ao longo de 2011 e 2012 ocorreram reuniões no âmbito educativo para iniciar o processo de inclusão da língua originária no currículo escolar de Puerto Quijarro, as discussões muitas vezes extrapolavam o campo educativo em si, abrangendo aspectos políticos, culturais, identitários e inclusive territoriais. Tratava-se de um evento em que elementos da política linguística, entre outros, emergiram provenientes das crenças e experiências dos docentes. Isso posto, entrevistamos professores que tiveram um envolvimento direto ou indireto nesse processo, os quais ocupavam diferentes cargos, seja na direção ou na docência em *lenguaje*. Os entrevistados trabalham nas escolas urbanas e rurais no referido município.

Iniciamos a pesquisa com um levantamento bibliográfico e documental sobre o contexto linguístico na Bolívia, em especial Puerto Quijarro e sua conformação linguística e cultural. Detivemo-nos nas duas línguas originárias cuja territorialidade está inscrita nesse lugar: o zamuco (ayoreo) e o bésiro (chiquitano). O PTDI (Puerto Quijarro, 2016), aponta que atualmente o município conta com dez Unidades Educativas de administração municipal, das quais oito se encontram na área urbana de Puerto Quijarro e Arroyo Concepción¹¹ e duas se encontram na área rural do distrito.

Devido ao período de isolamento social desde março de 2020, em decorrência da Pandemia provocada pela difusão do novo coronavírus (SARS-CoV-2), as entrevistas, inicialmente formuladas para sua aplicação presencial, precisaram ser ajustadas e adaptadas em questionários abertos compostos de 17 perguntas enviadas via *WhatsApp*, rede de comunicação mais acessível para os participantes e respondidas mediante textos escritos e áudios.

O perfil dos docentes contemplava: ser professor do Ensino Fundamental e ministrar aulas na área de *Lenguaje*. Seis professores de diferentes escolas dispuseram-se a participar deste estudo. Tendo em vista preservar suas identidades, os nomeamos por número: professora 1, professor 5 e assim por diante. Em respeito à sua narrativa, mantivemos suas falas tal como foram recolhidas, em castelhano. No Quadro 1 são apresentados dados de identificação dos participantes.

Quadro 1 – Dados de identificação dos participantes

Participante	Idade	Sexo	Desde quando é professor em Puerto Quijarro	Em qual ano leciona bésiro
Professora 01	52	Feminino	1995	2º ano
Professora 02	48	Feminino	1994	4º ano
Professora 03	52	Feminino	1993	4º ano
Professora 04	47	Feminino	2000	2º ano
Professor 05	50	Masculino	2001	4º ano
Professor 06	58	Masculino	1998	4º ano

Fonte: Elaboração própria

¹¹ Distrito considerado a primeira área urbana em proximidade com o marco de fronteira, no lado boliviano.

Sobre o processo de inclusão do bésiro na grade curricular, todos os entrevistados confirmaram a influência de diversos fatores que provocaram posições acirradas. A professora 1 rememora que: *“sí, hubo mucha discusión sobre el tema en cuestión por el motivo de que nosotros los docentes no estábamos preparados ni capacitados para dar la materia o área del bésiro-chiquitano”*.

Outro questionamento apontado referia-se ao pertencimento dessa língua ao lugar, a esse respeito os professores entrevistados manifestaram não saber falar bésiro, como aponta a professora 3: *“[...] hubo polémicas porque verdaderamente el bésiro es la lengua que tenemos en la chiquitanía, pero no se enseña el bésiro, no sabemos. La mayor parte de las personas no conoce el bésiro [...]”*

O professor 6 relata que a implantação do ensino da língua decorre da aplicação da Lei 070: *“Fue con esa Ley Avelino Siñani-Elizardo Pérez que se empezó a implementar, nos dieron cursos, mandaron profesores que dominaban el idioma, pero no hubo seguimiento, por eso algunos colegas dejaron de enseñar y transmitir porque no había dónde apoyarse”*.

Observamos que os temas abordados estão centrados na falta de preparação dos professores e na ausência do uso dessa língua no município. Essa percepção está registrada nas respostas à pergunta: onde moram os falantes de bésiro? Todos foram unânimes em indicar lugares que pertencem à Chiquitania, região em que está localizado Puerto Quijarro, mas não apontaram a existência de falantes no seu município. O professor 5 expõe: *“En Concepción, Lomerío. Aquí no hay. Había un señor, un papá de familia que vino por trabajo, inscribió a su niña, pero se fue.”* Alguns identificam falantes entre os habitantes mais antigos, mas que já não estão presentes. A professora 4 reitera: *“En Concepción, San Ignacio. Aquí hay, pero son algunos que otros. Yo por ejemplo tenía un papá que sabía, pero era de Concepción. Hablantes de aquí, no hay”*.

Essas informações são corroboradas pela professora 2: *“Los originales se llaman San Antonio de Lomerío y Concepción. En Quijarro no tenemos hablantes de bésiro”*. A professora 3 identifica a fronteira na sua resposta: *“[...] como nosotros no tenemos una lengua materna en la frontera, en la provincia Germán Busch preferimos el bésiro”*. Esses depoimentos vão ao encontro das pesquisas de Xavier Albó (1995) que indica a localização dos falantes dessa língua em alguns redutos da Chiquitania e mesmo nesses lugares, a comunicação atual tende para o uso do castelhano, principalmente entre os jovens. A fala da professora 3 resume a relação da implantação e uso: *“No se puede decir que soy hablante, conozco un poco del idioma bésiro, pero no me considero una hablante. Soy una maestra que me he preparado para enseñar lo básico para mis niños, pero con ellos voy aprendiendo”*.

Os participantes foram unânimes em afirmar que seu contato com essa língua ocorreu em cursos oferecidos pelos órgãos gestores em educação e por iniciativa dos próprios professores. A professora 1 expõe: *“Aprendimos en una capacitación que se nos fue dada por docentes chiquitanos de Concepción que vinieron a nuestra frontera a dictarnos los módulos [...]”*.

A respeito da capacitação dos professores para o ensino da língua, registramos o depoimento da professora 4: *“[...] hemos contratado maestros para que nos enseñen, vinieron de Concepción. Nosotros nos pagábamos los maestros porque era una Ley que teníamos que pasar el idioma y como era una Ley, nosotros por nuestros mismos medios nosotros pagamos a los maestros que vinieron a prepararnos”*. O caráter impositivo desse gesto político está expresso nessa fala *“(...) como era una Ley. (...)”*. Esta professora também pondera sobre o desconhecimento do bésiro e a necessidade de aprendê-lo.

No que tange à escolha da língua, segundo o que pontuamos anteriormente, em Puerto Quijarro há uma comunidade Ayoreo, falante de zamuco, que habita o município, assim, visto que a Lei nº 070 busca atender critérios de territorialidade no resgate linguístico, indagamos a visão dos professores sobre a ausência do zamuco na escola.

A professora 4 argumenta: *“Yo creo que ha sido por lo que aquí no hay hablantes, a no ser que los mismos ayoreo nos enseñen. Cuando se implantó el bésiro, yo era profesora aquí y a nosotros nos dijeron que teníamos que trabajar con el bésiro [...]”*.

O professor 6 argumenta que os ayoreo pertencem a um grupo reduzido: *“[...] Son diferentes y tienen su dialecto muy particular. [...] Se los llamó, pero ellos no quisieron enseñarnos. Se optó por enseñar el bésiro.”* Este depoimento expressa uma visão do distanciamento social (*ellos no quisieron enseñarnos*), cultural (*son diferentes*) e linguístico (*tienen un dialecto, no una lengua*) dos ayoreo para com a comunidade local. A professora 3 reitera o depoimento anterior: *“[...] se hizo una investigación y se habló de discriminación. Cómo fortalecer esto con los estudiantes y conocer su cultura (de los ayoreo) con ellos también. Hace parte ya que nuestro tema de lengua habla de la integración con otras culturas. Nos pasaron un taller de cómo nosotros podíamos insertar esto del zamuco, pero es más complicado [...]”*.

Uma visão muito diferente tem o professor 5 sobre os ayoreo: *“Yo tengo un libro de los ayoreo, sobre su historia, sus vidas, sus cuentos, sus tradiciones, obtuve ese material coparticipando con ellos, leyendo, estudiando, por internet, voy con ellos, me quedo algunos días y charlo con ellos [...]”*. Com atitudes de aproximação aos ayoreo, o professor aponta um caminho que se apresenta muito produtivo na busca pela valorização de um povo originário que se encontra isolado – embora habite a região urbana de Puerto Quijarro – cuja língua está em perigo de extinção¹². Conforme a Lei nº 070/2010, essa situação requer *“[...] implementar políticas linguísticas de recuperação e desenvolvimento com participação direta dos falantes das referidas línguas”*.

Entretanto, é perceptível que esses gestos individuais, embora valiosos, não repercutirão em uma mudança consistente na situação dos povos em estado de invisibilidade. O professor 5 evidencia essa lacuna nos processos de recuperação de uma língua e a necessidade da construção de um vínculo de aproximação intercultural com seus falantes: *“Tengo veinte años en el magisterio y nunca supe que haya ido un distrital a hablar con los ayoreo para que enseñen su idioma en las escuelas [...]”*.

As experiências relatadas pelos professores quanto à escolarização do bésiro em Puerto Quijarro e a invisibilidade do zamuco-ayoreo apresentam-se na prática como políticas “desde arriba” (Calvet, 2007). Isso posto, buscamos conhecer os procedimentos metodológicos aplicados nas aulas dessa língua. A professora 3 relembra que foi elaborado um projeto considerando as diretrizes do currículo regionalizado para a sua aprendizagem, mediante expressões culturais acessíveis para sua idade *“[...]Yo no podía enseñarle al niño una palabra en bésiro que me hable por ejemplo de un oso si no existe. Yo no podía enseñarle al niño cosas que no estén a su alcance, a su contexto. Entonces esos fueron los debates de cómo trabajarlo en el primer año, como se va a enseñar, a través de cuentos, canciones tan pequeñas y sencillitas”*.

¹² Proyecto Idiomas en peligro de extinción. Disponível em: <https://www.ru.nl/cls/publications/lenguas-de-bolivia-book-series/vm/lenguas-de-bolivia-es/lenguas/>. Acesso em: 02.dez. 2022.

Os professores manifestaram estar conscientes que não se tratava de transpor os ensinamentos da língua materna (o castelhano) para o ensino da língua originária. Nesse sentido, o professor 6 manifesta a importância de relacionar a cultura à aprendizagem da língua: *“Eso sí que es bien importante, conocer a través del idioma como era el comportamiento de nuestros ancestros, los mitos, la divinidades, el sol, el trueno, la lluvia e incluso los animales”*.

No transcurso da pesquisa encontramos um material didático disponível na internet do Programa de Formación en Educación Intercultural Bilingüe para los Países Andinos - PROEIB Andes (Tomichá; Supayabe; Choré, 2014) destinado ao ensino de bésiro, elaborado por professores falantes nativos da língua, procedentes da região da Chiquitania. Trata-se de uma ferramenta valiosa para o trabalho dos professores e estudantes, visto que os textos respondem à tradição e à lógica da cultura chiquitana.

Figura 2 – Piarikoróx nauki uipia bésiro Nauki Tosape Manityakáx – Cartilla de aprendizaje del bésiro como segunda lengua.



Fonte: Tomichá, Supayabe e Choré (2014)¹³

Visto o conhecimento incipiente da língua pelos professores, há uma preocupação quanto à fonética no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a professora 1 observa que *“Los docentes tienen dificultad en la pronunciación de algunos fonos propios del idioma bésiro que no lo tiene el castellano como: la vocal I, consonantes TY, X, XH”*.

A esse respeito, a Cartilla orienta:

¹³ Disponível em: <http://www.funproeibandes.org/wp-content/uploads/2019/01/Cartilla-de-aprendizaje-del-B%C3%A9siro.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

[...] *Hacer escuchar a los niños canciones con letras de música nativa, para que los niños valoren la cultura y la lengua como alma del pueblo chiquitano. A medida que los niños se van familiarizando con la fonología del bésiro, ir textuando el aula con pequeños textos para que vayan visualizando la escritura que debe ir complementando el aprendizaje de la parte oral de la lengua, nunca debe ser el objetivo primordial el aprendizaje de la escritura primero, siempre partir de la oralidad para que los niños comprendan al escuchar hablar a las personas en la comunidad* (Tomichá; Supayabe; Choré, 2014).

A professora 3 enfatiza o aspecto lúdico no processo de aprendizagem e sua importância para o desenvolvimento de vínculos entre os aprendizes e a língua, bem como, o papel do professor nesse processo: “[...] *yo parto del principio que deberíamos dejar huellas en los niños [...]*”. Esse pensamento vai ao encontro do depoimento da professora 2, que ao referir-se à importância de aprender bésiro afirma: “[...] *para nosotros es importante que aprendamos porque es nuestro origen. Deberíamos identificarnos y caracterizarnos por hablar nuestra lengua bésiro [...]*”.

Outro aspecto abordado pelos docentes participantes trata da avaliação. A professora 3 argumenta que os estudantes não deveriam ser reprovados no bésiro: “*Si te das cuenta, el lenguaje es una forma de comunicarnos, a algunos niños les cuesta aprender a leer y escribir, pero, sin embargo, charlas con ellos y tienen una dedicación*”. A noção de avaliar ganha outros parâmetros, na visão da professora: “*Eso es lo que me gusta de la 070, se les dio oportunidad a los alumnos, porque nosotros estábamos con la 1565 en que, si no sabías, te aplazabas, pero si te das cuenta, el alumno siempre sabe, él siempre te demuestra*”.

Essa percepção da avaliação não está centrada somente **nos** conteúdos, e sim **sobre** estes. A esse respeito, Duboc (2007, p. 273) assinala que: “[...] o professor avalia não apenas conteúdos acabados, mas também a forma como os alunos se posicionam diante dos modos de significação e como negociam os sentidos dos textos presentes em seu entorno.” Tal reflexão implica no reposicionamento perante as formas tradicionais de avaliação que precisam ser refletidas para serem de fato implementadas no ensino de línguas. Tal perspectiva apresenta-se como um caminho importante nas mudanças das práticas docentes.

Considerações finais

O complexo mosaico linguístico boliviano é exposto na Constituição do Estado Plurinacional, os nacionais bolivianos têm direitos e deveres individuais e sociais, como o reconhecimento e uso das suas línguas maternas, sejam estas originárias ou não. A preservação e inclusão de uma língua originária no currículo da Educação Básica estão amparadas em diversas Leis vigentes no país.

Em um contexto plurilinguístico fronteiriço, em que se enquadra Puerto Quijarro, as legislações que regulamentam o uso, preservação e difusão das línguas originárias na sua escolarização, foram implementadas em um processo que envolveu embates linguísticos, culturais, identitários e territoriais.

Neste trabalho, refletimos sobre essa trajetória narrada na voz dos professores das escolas públicas desse município. Em suas falas apontam o bésiro como uma língua originária de pouco uso local, coexistindo com outras na composição linguística do município, além da presença do português, devido à proximidade territorial com o Brasil.

Por outro lado, expõe-se a situação de isolamento social de um grupo que habita em Puerto Quijarro, os ayoreo. A Lei nº 070 que propõe uma política linguística específica para populações que se encontram em risco não alcança a esse grupo étnico. Fato que é notório na fala dos professores participantes.

Para além desses limites legais, é importante considerar o efeito de autorreconhecimento das identidades em conflito, quando torna-se preciso trocar de nome e cor da pele para ser incluído em um sistema em que a pluralidade das etnias indígenas era e ainda é um problema a ser solucionado com a homogeneização.

O caminho é longo. A intraculturalidade ainda é um conceito a ser alcançado. Pensar em estudos decoloniais é agir intra e interculturalmente, conforme aponta Rivera Cusicanqui (2010), as questões centrais como a colonização e a subalternização por vezes são reforçadas por discursos que encobrem essa problemática. Dar espaço às políticas linguísticas “desde abajo” pode ser um caminho.

Encerramos com a fala do professor 5 a respeito da importância de estudar as línguas originárias: “*Claro que sí, son importantes, porque al fin y al cabo nos formamos porque tenemos historia*”.

Referências

ALBÓ, Xavier. **Bolivia plurilingüe - guía para planificadores y educadores**. La Paz: UNICEF-CIPCA, 2 v. 1995.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**. La Paz. Asamblea Constituyente de Bolivia, 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

BOLÍVIA. Ley N.º 070/2010. **Ley de educación “Avelino Sinani- Elizardo Pérez**. La Paz. Asamblea Legislativa Plurinacional, 2010a. Disponível em: <https://www.siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/92/ley-ndeg-070-ley-educacion-avelino-sinani-elizardo-perez>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Registro de saberes, conocimientos, valores de los Pueblos Indígena Originarios: Pueblo Chiquitano**, 2010b. Disponível em: <http://urrrh.minedu.gob.bo/biblio/book/59099/read>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BOLÍVIA. Ley n.º 269: **Ley general de derechos y políticas lingüísticas**. La Paz. Asamblea Legislativa Plurinacional, 2012a. Disponível em: <https://www.aduana.gob.bo/archivos/circular1912012.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional**. Serie Currículo, 2012b. Disponível em: <https://bityli.com/ymRZb>. Acesso em: 22 out. 2022.

BOLÍVIA. Decreto Supremo N.º 2477, 5 de agosto de 2015. La Paz. Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N2477.html>. Acesso em: 05. nov. 2022.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.

CONCEIÇÃO, Orsolina Silva Fernandez. *Migração pendular nas cidades de Corumbá-Puerto Suarez: uma análise dos alunos bolivianos nas escolas públicas de Corumbá-Brasil*. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2014.

CONDE, Mariana Vaca. **Estudo das línguas no contexto de fronteira Bolívia-Brasil: reflexão das políticas linguísticas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Campus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2020.

CORREIA, Jaqueline Maciel; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de; SOUZA, Jéssica Canavarro. **Imigrantes pendulares em região de fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos pendular**. *Direitos culturais* (on-line), v. 12, p. 91-108, 2017.

DUBOC, Ana Paula Martinez. **A questão da avaliação da aprendizagem de língua inglesa segundo as teorias de letramentos**. 2007. 173 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2007.

INE, INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. **Características de Población y Vivienda, Bolivia**. Censo Nacional de Población y Vivienda, 2012. Disponível em: <https://bitly.com/kJpID>. Acesso em: 01 dez. 2022.

MANCILLA BARREDA, Suzana Vinícia. **Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia)-Corumbá (Brasil)**. Português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores. 2017, 301 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48138/tde-28062017-152350/pt-br.php>. Acesso em: 02. out. 2022.

PIERRIC, Sans. **Elementos de la gramática del bésiro: Sociolingüística – Fonología– Morfología– Textos**. San Antonio de Lomerío, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2DAtn9w>. Acesso em: 13 set. 2022.

PUERTO QUIJARRO, Gobierno Autónomo Municipal de. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**, 2007.

PUERTO QUIJARRO, Gobierno Autónomo Municipal de. **Plan Territorial de Desarrollo Integral (PTDI)**, 2016.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTA CRUZ DE LA SIERRA, Gobierno Autónomo Departamental de. **Saberes y conocimientos del pueblo monko**, 2007, 149 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333745212>. Acesso em: 01 set. 2022.

SANTA CRUZ DE LA SIERRA, Gobierno Autónomo Departamental de. **Plan Departamental de Desarrollo de Santa Cruz de la Sierra (PDD)**, 2015. 105 p. Disponível em: http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/mapas_descargas/descarga_. Acesso em: 05. set. 2022.

SANTA CRUZ DE LA SIERRA, Gobierno Autónomo Municipal de. **Plan Territorial de Desarrollo Integral (PTDI)**, 2016. 676 p. Disponível em: http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/mapas_descargas/descarga_. Acesso em: 20 jun. 2022.

TOMICHA, Juana Pocoena; SUPAYABE, Anacleto Parapaino; CHORÉ, Pedro Pablo soqueré. **Cartilla de aprendizaje del bésiro como segunda lengua**. FUNPROEIB Andes, Cochabamba, 2014.